

QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Ato pelas Liberdades Democráticas toma as ruas de Porto Alegre, após 40º Congresso do ANDES-SN

Manifestantes do ANDES-SN e das suas seções sindicais, em conjunto com a Frente dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul, com o Fórum pelos Direitos e Liberdades Democráticas e organizações estudantis, de juventude, populares e de trabalhadoras e trabalhadores participaram, no dia 1º de abril, do ato "**Pelas Liberdades Democráticas e em Defesa do Serviço Público**" em Porto Alegre (RS). A data marcou os 58 anos do início da ditadura empresarial-militar no país, que perdurou por 21 anos.

As e os docentes, que estiveram no 40º Congresso do ANDES-SN ao longo da semana, e demais participantes, se reuniram em frente ao prédio do Instituto de Educação, localizado próximo ao campus central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Dali, seguiram em

caminhada pelas ruas da cidade até o Palácio Piratini, atual sede do Poder Executivo estadual, localizado no Centro Histórico da capital gaúcha. Durante o trajeto do ato, que reuniu cerca de 2mil pessoas, palavras de ordem foram entoadas pelo fim do governo Bolsonaro, em defesa da democracia, dos serviços públicos e dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Logo depois, em frente ao palácio, e ao lado da Assembleia Legislativa do Estado do RS, as e os representantes das entidades, fóruns e movimentos fizeram uma retrospectiva da luta em defesa dos serviços públicos, por reposição salarial emergencial, pela revogação imediata da Emenda Constitucional 95 - do Teto dos Gastos - e pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma Administrativa.

CARTA DE PORTO ALEGRE

*Em memória e homenagem a
Marcos Goulart de Souza*

AVida Acima dos Lucros foi o tema do 40º Congresso do ANDES-SN, sintetizando nosso projeto de sociedade e de educação. Consigna central das lutas no enfrentamento às consequências da pandemia, denuncia o modo capitalista de produção e reprodução da vida, uma organização social que, em lugar de utilizar o acúmulo de conhecimento produzido socialmente, impõe o negacionismo e a morte na busca por aumentar a exploração da classe trabalhadora. No Brasil, em particular, essa pandemia teve suas consequências tragicamente aprofundadas devido ao governo profascista e ultraliberal que atende aos interesses das classes dominantes. Ainda assim e apesar de tudo, sobrevivendo a esse período tão doloroso para a grande maioria do(a)s brasileiro(a)s, o ANDES-SN foi capaz de articular-se pelas bases e organizar seu 40º Congresso de forma presencial na cidade de Porto Alegre entre os dias 27 de março e 1º de abril.

Com este Congresso, passados dois anos em atividades virtuais nas Universidades, Institutos e Cefets, o ANDES-SN retoma seu mais importante evento nacional presencialmente, com o objetivo central de orientar nossas lutas para o próximo período. Com tal perspectiva teve início, em 27 de março, o 40º Congresso do ANDES-SN. Na abertura de nosso Congresso tivemos a alegria de contar com a presença das companheiras Maria Caridad Cabrera Cordero e Gloria Carmenate Rodríguez, representando a *Central de Trabajadores de Cuba*, país e povo que, mesmo diante do criminoso bloqueio imposto pelo imperialismo estadunidense, demonstrou ao mundo que é possível sobrepor a vida aos lucros. Contamos também com a presença de Woia Paté Xokleng, representante do Coletivo dos Estudantes Indígenas da UFRGS.

Durante cinco dias reuniram-se 86 seções sindicais, 430 delegada(o)s, 108 observadora(e)s, 17 convidada(o)s, o presidente em exercício do ANDES-SN e 34 diretora(e)s, que se distribuíram em 23 grupos mistos e participaram de cinco plenárias, culminando, dia 01 de abril, com um grande ato público em defesa das liberdades democráticas e dos serviços públicos. Foi o maior congresso da história de nosso sindicato, e o primeiro organizado por uma diretoria composta com paridade de gênero. A(O)s lutadora(e)s potencializam sua força

para lutar contra toda e qualquer forma de opressão e, já de início, o Caderno de Textos, através de Elza Soares, trouxe uma verdade crua, que precisamos transformar: “A carne mais barata do mercado, é a carne negra, tá ligado que não é fácil, né, mano? Se liga aí”. Com este espírito gritamos: “Racistas, fascistas, machistas: NÃO PASSARÃO!” E fizemos ressoar a pergunta: “Quem mandou matar Marielle?” Já são quatro anos sem essa resposta.

A resistência e a luta começavam pelos próprios locais onde foi realizado o congresso. A Sessão Sindical dos Docentes da UFRGS, que diariamente luta contra o peleguismo sindical do PROIFES e contra o reitor inventor de Bolsonaro, organizou o Congresso. Os grupos mistos ocorreram no campus central da universidade que simbolizou e simboliza a luta de docentes, discentes e servidore(a)s contra a ditadura militar. Ícones dessa luta, por exemplo, foram a ocupação da faculdade filosofia em 1968, por mais de 700 estudantes, e a luta do coletivo Memória e Luta, que denuncia o período de ditadura militar. Como dito no memorial instalado no campus central, por conta dos 50 anos de expurgos da UFRGS: “Aos que lutaram, resistiram e nos legaram solidariedade e esperança”.

As plenárias, por sua vez, ocorreram no Auditório Araújo Vianna, nome que homenageia um compositor gaúcho. O espaço é patrimônio histórico e cultural da cidade e já foi palco para Maria Bethânia, Alcione, Tom Zé, Caetano Veloso, Seu Jorge, Elza Soares, entre tantas e tantos artistas. Também foi palco de plenárias e reuniões dos movimentos sociais, de eventos do Fórum Social Mundial e, agora, do 40º Congresso do ANDES-SN. Estivemos reunidos numa cidade localizada no paralelo 30, margeada pelo Rio Guaíba e seu pôr do sol, que abriga o Parque da Redenção, onde se toma chimarrão; uma cidade que tem churrasco e, também, o xis coração; uma cidade bonita, friorenta, boêmia, mas também palco da luta contra a exclusão, a desigualdade social e o autoritarismo, com ocupações urbanas e passeatas pelo Fora Bolsonaro. Como diz uma música gaúcha, contrapondo-se à ditadura militar: “Há muito tempo que ando nas ruas de um porto não muito alegre...”. O capitalismo atualiza, através de suas contradições, este sentimento: violência policial com moradores de ruas, segregação

racial, complexa mobilidade urbana, uma cidade que traz medos, mas que, como vimos nestes cinco dias, pode nos trazer também esperanças. Como diz a música: “Não vou me perder por aí” (Elaine Geisler). E, ainda na mesma semana do congresso, tivemos o “Ocupa Brasília”, uma vigília em Brasília, como parte de nossa campanha salarial junto com FONACATE e FONASEFE e que busca consolidar cada vez mais a construção de uma greve geral unificada.

Neste contexto, neste território e neste caloroso reencontro presencial de companheiros e companheiras que constroem o ANDES-SN pudemos debater e deliberar, em nossas plenárias, parte dos temas previstos. O debate de conjuntura e movimento docente trouxe elementos para qualificar a análise dos desafios e enfrentamentos necessários para derrubar Bolsonaro, centralidade de nossa luta, como posicionado por todas as 40 falas que se pronunciaram.

No Plano dos Setores destacou-se a aprovação da luta contra as intervenções nas Universidades, Institutos e CEFET e a realização de um encontro específico sobre o tema. Reafirmamos no Congresso a continuidade da mobilização unitária com o(a)s servidore(a)s público(a)s federais pelo reajuste salarial e a construção da greve, na medida em que a realidade de precarização se impõe.

No Plano Geral de Lutas avançamos nas deliberações sobre nossa política de Comunicação e Arte e de Ciência e Tecnologia. A plenária do Congresso decidiu seguir o encaminhamento construído no 39º Congresso, no sentido de realizar o debate sobre a CSP Conlutas em assembleias das nossas seções sindicais para, então, diante de um necessário acúmulo que será sistematizado no CONAD Extraordinário a ser realizado em 2022, deliberar no 41º Congresso, que será sediado em Rio Branco, no Acre. Trazendo o histórico das contradições que o capitalismo impõe ao território do estado, bem como as lutas dos povos frente ao avanço do capital, o companheiro José Sávio da Costa, da ADUFAC apresentou a proposta de sediar o 41º Congresso, que foi alegremente acolhida e saudada pela plenária.

O debate sobre as questões organizativas e financeiras debruçou-se, entre outros temas, sobre a importante decisão relativa à data da eleição da próxima diretoria. Após discussão, o Congresso indicou a

necessidade de concentrar os esforços deste ano na luta para, a um só tempo, derrotar o projeto bolsonarista e defender os interesses imediatos da categoria, entre os quais a urgente recomposição salarial, frente às perdas que vimos acumulando. Assim, o Congresso deliberou estender em poucos meses o atual mandato e realizar as eleições para a próxima diretoria em maio de 2023.

Também belas e expressivas foram as apresentações artísticas que compuseram nosso Congresso. Pudemos ouvir o *slam* de poesia de Natália Pagot e Janove, dançar e conectar-nos à música de Marietti Fialho e Cia. Luxuosa e aos tambores, danças e história do Candombe com a Comparsa Tambor Tambara. E, como parte de acesso à cultura - em todos os sentidos -, tivemos à disposição cinco bancas de livros comprometidas com nosso campo e outras cinco bancas de economia solidária. Essa articulação se deu conjuntamente com as seis seções sindicais gaúchas: ADUFPEL, APROFURG, Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, SEDUFSM, SESUNIPAMPA e SINDOIF.

O 40º Congresso do ANDES-SN não foi cenário apenas da construção de nossas lutas num sentido positivo, em que expressamos no presente àquilo que queremos para o futuro. Foi também o espaço em que se revelou, mais uma vez, a necessidade de avançar na luta contra o machismo e o racismo. Esta luta urgente foi representada por manifestações públicas, afirmando: “Parem de tentar nos ensinar!”, “Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede!” e “Te cuida, te cuida, te cuida seu machista, a América Latina será toda feminista!”. E também por expressões no sentido de que a luta antirracista é central na luta de classes dentro da formação social brasileira. Temos o dever histórico de avançar a cada dia e a cada atividade de nosso sindicato para que nunca mais nenhuma mulher seja silenciada e que nunca mais ocorra qualquer situação de opressão machista e racista.

E se falamos em Nunca Mais, não podemos esquecer que neste 31 de março se completam 58 anos do golpe empresarial-militar, responsável pelo terrorismo de

Estado que perseguiu, torturou e matou brasileiras e brasileiros que lutavam por outro mundo. Por isso, para o 1º de abril, uma grande manifestação de rua foi organizada “Em defesa das Liberdades Democráticas e dos Serviços Públicos”, evidenciando que a história do ANDES-SN consolida-se nas ruas, nas lutas, na construção unitária da emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, neste encerramento do 40º congresso do ANDES-SN, reassumimos nosso compromisso histórico de seguir lutando pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, o que significa também a luta contínua pelas condições de trabalho e de vida nas nossas Universidades, Institutos Federais e Cefets. E, sabedore(a)s de que a arte e a luta são parte de um mesmo processo de transformação social, para encerrar essa carta trazemos aqui o olhar poético de Zé Luiz do Candeeiro, da delegação da ADUEPB, que sintetizou belamente parte desses intensos dias de organização da luta, com sua poesia intitulada “Mátria”:

MÁTRIA

Zé Luiz do Candeeiro
(Delegação da ADUEPB)

*Sonhei que o Guaíba
Era um mar vermelho
Chorei copiosamente
Lembrei da tortura
Da ferida ancestral
Gritei silenciosamente
Respirei a brisa do ódio
Sob o jugo da injustiça
Levantei bruscamente
Relutei me entregar
Candombe e lança
Lutei bravamente*

*Sonhei o mar do Guaíba
Ainda vermelho, era vida
Chorei esperançosamente
Lembrei da coragem
O vermelho em teu ventre
Gritei estridentemente
Respirei a plenos pulmões
Tu és morte eu sou maior
Levantei ardentemente
Relutei e não me entrego
Ó Mátria que mata a fome
Lutei, luto e lutarei
com nossa gente.*

40º CONGRESSO DO ANDES-SN: A VIDA ACIMA DOS LUCROS

Porto Alegre (RS), 31 de março de 2022

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP | Luciana Sendyk | Cláudio Camargo

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Eliège Fante (ANDES/UFRGS), Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

Defesa da vida acima dos lucros e “Fora Bolsonaro” pautaram primeiro dia do 40º Congresso do ANDES-SN



No dia 27 de março (domingo) teve início o 40º Congresso do ANDES-SN, com o tema central “A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!”. Professoras e professores provenientes de universidades federais e estaduais, institutos federais e Cefets de todo o país se reuniram, presencialmente, em Porto Alegre (RS), por cinco dias (31), para debater e deliberar sobre as ações e pautas que orientarão as lutas da categoria no próximo período. No dia 1º de abril, as e os docentes participaram de ato em defesa das Liberdades Democráticas e dos serviços públicos, pelas ruas da capital gaúcha.

No domingo, os e as presentes participaram das plenárias de Abertura, Instalação e Tema I – Conjuntura e Movimento docente. Esse foi o primeiro encontro deliberativo presencial do ANDES-SN desde março de 2020, início da pandemia da Covid-19. O evento contou com a participação de 642 docentes, entre representantes da diretoria nacional e das seções sindicais, além de convidados e convidadas.

Abertura

Além da diretoria nacional e das seções sindicais do RS, a mesa de abertura do 40º Congresso do ANDES-SN foi composta por vários representantes de entidades

do conjunto da classe trabalhadora, movimentos sociais, indígenas e estudantis.

Milton Pinheiro, 1º vice-presidente do ANDES-SN e presidente em exercício do Sindicato Nacional, relatou a complexidade da atual conjuntura política brasileira. “Estamos no 40º Congresso do ANDES-SN e esse é um momento importante, delicado, que exige reflexão e capacidade de luta e orientação para vencer. Temos muitos desafios nessa direção e no conjunto da nossa base, que está aqui”, refletiu.

“Nos colocamos a disposição para lutar em defesa dessa universidade e para derrotar as intervenções nas universidades em todo o Brasil. Vivemos também um momento muito tenso onde o povo brasileiro e a classe trabalhadora foram abatidos em diversos momentos pela insanidade negacionista desse governo, pela incapacidade de ter políticas públicas para combater a pandemia da covid-19 e muitas vidas foram perdidas”, afirmou.

Rivânia Moura, presidenta do ANDES-SN afastada neste momento em licença-maternidade, fez um discurso emocionante sobre esse direito que é fundamental e precisa ser garantido a todas e todos no Brasil. “Espaços como esses são importantes para a luta cotidiana que precisamos travar, por respeito e reconhecimento da dupla maternidade. Me orgulho de fazer parte de um sindicato que tem avançado em várias frentes de luta com antirracista,

antimachista, antilgbtóbica. Essas pautas precisam se materializar no cotidiano das nossas vidas”, ressaltou.

A presidenta licenciada também relembrou as lutas travadas pelo Sindicato Nacional nos últimos períodos. “O protagonismo do nosso sindicato pode ser visto no fora Bolsonaro, na jornada de lutas contra a PEC 32 [contrarreforma Administrativa], nas ações de solidariedade nas cozinhas do MST, MTST e de tantas outras, no apoio e participação na luta dos povos indígenas, na campanha nacional Em Defesa da Educação Pública, contra os cortes no orçamento, contra as intervenções e contra qualquer forma de expansão do ensino à distância nas universidades públicas. E, agora, no processo de construção unificada da greve das servidoras e dos servidores públicos federais”, afirmou.

Magali Menezes, presidenta da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que recepcionou o encontro, agradeceu a presença de todas e todos. “Nós, da Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, acolhemos o 40º Congresso do ANDES-SN em nossa casa, Porto Alegre, símbolo da resistência que completou no dia 26 de março 250 anos, sob território indígena e negro. Congresso esse que acontece em nossa Universidade Federal do Rio Grande do Sul [UFRGS], que se soma às outras

mais de 20 universidades em intervenção nesse país”, destacou.

Maria Caridad Corder, da Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC), compôs a delegação cubana de trabalhadoras da educação que acompanhou, como convidada, os debates do 40º Congresso do ANDES-SN. Na abertura, ela contou aos presentes na plenária a situação que Cuba vive desde o bloqueio econômico imposto pelo governo dos Estados Unidos há mais de 60 anos.

“Somos vítimas de uma intensa guerra midiática com o fim de desestabilizar a nossa tranquilidade. Na atualidade, enfrentamos grande desabastecimento de alimentos, medicamentos e matérias primas. Apesar dessa realidade, Cuba vive e trabalha. Contamos com uma comunidade científica que desenvolveu a vacina [contra Covid-19] e mais de 90% da população já está com esquema vacinal completo contra Covid-19. As vacinas não são apenas para cubanos, mas para todos os países do mundo que necessitem”, relatou. “Hasta la victoria, siempre! [tradução livre: Até a vitória sempre]”, completou Maria.

Debate de conjuntura

Eleições presidenciais, do Sindicato Nacional, guerra na Ucrânia - e em diversos países pelo mundo -, a pandemia de Covid-19 e como a crise sanitária contribuiu para o aprofundamento das crises social e financeira foram alguns dos temas debatidos na primeira plenária temática do 40º Congresso, que abordou a Conjuntura e o Movimento Docente.

Os debates foram orientados pelos 14 textos, enviados ao Caderno do Congresso

pela diretoria nacional, pelas seções sindicais e docentes da base do Sindicato Nacional, apresentados ao plenário pelos e pelas proponentes. Na sequência, respeitando a paridade de gênero, foram sorteadas 20 falas para professoras e 20 falas para professores.

Conforme o regimento, a plenária do Tema 1 não é deliberativa, mas é oferecida oportunidade para que os diferentes grupos que se organizam dentro do ANDES-SN apresentem suas posições e análises. Os debates contribuíram para orientar as discussões nos grupos de trabalho e as deliberações nas demais plenárias, nos dias seguintes de congresso.

A importância da luta travada contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32 durante 2021, em unidade com demais categorias dos serviços públicos, e o aprendizado com essa experiência foram destacados em várias manifestações. Muitas falas também abordaram o processo eleitoral presidencial deste ano e a importância de seguir em defesa do Fora Bolsonaro, nas ruas e nas urnas, sem abdicar da autonomia do Sindicato Nacional frente a partidos e governos.

Também foi apontada, em diversas intervenções, a importância da resistência das mulheres, de negros e negras, da população LGBTQIA+, de indígenas, quilombolas e ribeirinhas na centralidade da luta do Sindicato Nacional, assim como a necessidade de enfrentar os ataques à categoria docente e à Educação pública, tanto por parte do governo federal quanto pelos governos estaduais.

Para Jennifer Webb Santos, 3ª tesoureira do ANDES-SN que presidiu a mesa da Plenária do Tema 1, os debates

ocorridos durante tarde e noite deste domingo se pautaram pela democracia interna que sempre se fez presente no ANDES-SN, permitindo que as diferentes opiniões e posições se expressem e reflitam a pluralidade de ideias da base do Sindicato Nacional.

“Foi uma plenária de debates muito importantes para a categoria e muito diversos também, que expressaram a diversidade que é o ANDES-SN e, principalmente, a democracia que temos no Sindicato Nacional, onde cada seção sindical, cada agrupamento ou uma pessoa apenas pode submeter a esse Congresso o seu pensamento, a forma como lê a conjuntura e o movimento docente. Esse é o momento que expressa o mais profundo da democracia desse sindicato”, avaliou a 3ª tesoureira do ANDES-SN.

Também compuseram a mesa da plenária do Tema 1 o diretor Markos Klemz Guerrero, 2º secretário da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, e as diretoras Raquel de Brito Sousa, 1ª vice-presidenta da Regional Pantanal, e Ana Lucia Silva Gomes, 1ª tesoureira da Regional Norte 1 do Sindicato Nacional.

Revista Universidade e Sociedade, música e poesia

No primeiro dia do 40º Congresso do ANDES-SN, assim como durante todo o encontro, as e os participantes puderam conhecer um pouco da cultura portogalesense, com apresentações musicais antes das plenárias.

A abertura contou com a performance da artista Pâmela Amaro, que é professora de teatro e sambista. Já antes da plenária sobre Conjuntura e Movimento Docente aconteceu a apresentação de Slam de poesia com Natália Pagot e Janove, artistas portogalesenses do Coletivo “Poetas Vivos”.

Também pela manhã foi lançada a edição 69 da revista Universidade e Sociedade, publicação semestral do Sindicato Nacional.

ACESSE A REVISTA PELO QR CODE.



Docentes atualizam Plano de Lutas dos Setores das Estaduais e Municipais e Federais



Após se reunirem em grupos de trabalhos para debater os textos de resolução encaminhados ao Caderno do Congresso e seu anexo, as e os docentes participantes do 40º Congresso do ANDES-SN retomaram as plenárias deliberativas na tarde de terça-feira (29).

As primeiras deliberações aprovadas foram acerca dos Planos de Luta dos Setores das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes) e das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do ANDES-SN.

Iees/Imes

Entre as resoluções aprovadas em relação às Iees/Imes constam um plano de retorno às atividades presenciais com segurança sanitária, a realização do 18º Encontro do Setor, a Campanha Nacional em Defesa das Iees/Imes, a Agenda de Lutas do Setor.

A plenária deliberou que as seções sindicais continuem na luta para garantir o retorno das atividades presenciais de forma segura, tomando como base o Plano Sanitário e Educacional e respeitando os indicadores epidemiológicos e as orientações vigentes da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como, os protocolos sanitários dos estados e os construídos pelas comunidades

universitárias e que continuem lutando contra as propostas que objetivam tornar o ensino remoto e híbrido como permanente nas instituições de ensino.

As e os docentes também deliberaram que o ANDES-SN realize o 18º Encontro do Setor das Iees/Imes, preferencialmente no início do 2º semestre do ano de 2022 no formato presencial ou virtual, a partir da avaliação das condições sanitárias vigentes. O tema, a data e o local do Encontro devem ser definidos em uma próxima reunião do Setor.

Foi definido, ainda, que o Sindicato Nacional construa uma Campanha Nacional de Valorização e Defesa das Iees/Imes por orçamento público estatal, com autonomia de gestão financeira e patrimonial; em defesa das carreiras, com concursos públicos; por recomposições salariais e melhores condições de trabalho, contra a política de congelamento de progressões, promoções e gratificações e de diferentes estratégias de privatização. O lançamento da Campanha está previsto para 23 de maio deste ano, no início da Semana de Lutas do Setor das Iees/Imes (23 a 27 de maio), com prazo até 30 de junho.

As e os docentes aprovaram também que o ANDES-SN e suas seções sindicais promovam o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua

interferência na formação de docentes, em especial nos Cursos de Licenciatura.

Para Edmilson da Silva, um dos coordenadores do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN e o 2º secretário da mesa dessa plenária, o Plano de Lutas votado respeita a particularidade de cada uma das instituições. “O ANDES-SN continua com a sua tradição de ouvir e construir sua política pela base. Dessa forma, foram aprovados os textos de resolução específicos para o setor das Iees/Imes que vão priorizar a luta em cada estado e município, sempre tentando trabalhar com a particularidade de cada localidade e mostrando a importância dessas instituições para o Brasil como um todo”, disse. “Vamos continuar fazendo a luta unificada com as e os docentes das instituições federais de ensino e com as servidoras e servidores públicos, tentando dialogar com a sociedade para mostrar a importância das instituições públicas de ensino para o país”, completou.

Setor das Federais

As discussões sobre o Plano de Lutas do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) do Sindicato Nacional ocuparam toda a manhã e tarde da quarta-feira (30), quarto dia do 40º Congresso do ANDES-SN. As delegadas e os delegados aprovaram a intensificação da luta contra as intervenções nas universidades, institutos federais e cefet, a realização de ações de comunicação, atos públicos nas universidades, pressão junto a parlamentares, entre outras ações, para denunciar o impacto da interferência do governo federal na escolha de gestores nas instituições federais de ensino (IFE).

O ANDES-SN irá reforçar a luta histórica pela defesa de eleições diretas, paritárias ou universais, pelo fim da lista tríplice, e para que os processos se encerrem nas instituições federais, respeitando a autonomia universitária. Irão exigir ainda a revogação da nomeação das interventoras e dos interventores e realizarão Encontro Nacional das Seções Sindicais nas IFEs sob intervenção.

O enfrentamento aos cortes e contingenciamentos orçamentários e a defesa da recomposição e ampliação do orçamento público adequado para o funcionamento e expansão das

universidades, institutos federais e cefet também continua. Assim como a luta em defesa da recomposição dos orçamentos para a Ciência, Tecnologia e Humanidades, articulando ações de mobilização em conjunto com entidades estudantis e científicas.

O plenário decidiu ainda, entre outras deliberações, intensificar a lutar contra o avanço da proposta do Reuni Digital e contra os projetos Future-se, os Fundos Patrimoniais e Novos Caminhos, ou qualquer projeto similar, que vise aprofundar a mercantilização e a privatização da educação pública, reafirmando o projeto de universidade pública defendido pelo ANDES-SN há 41 anos.

Também terá continuidade a luta pelo retorno presencial com as devidas condições de segurança sanitária e cobrando, das instituições de ensino superior (IES), planos sanitários, educacionais e de apoio psicossocial, elaborados com a participação da comunidade acadêmica.

Conforme deliberado, o ANDES-SN e as seções sindicais irão atualizar o levantamento sobre a defasagem salarial das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) federais, para produção de um dossiê que

fortaleça a luta pela recomposição salarial, por carreira e condições de trabalho.

SPF

No âmbito das servidoras e servidores públicos federais (SPF) ficou definida a intensificação da luta pelo “Fora Bolsonaro e Mourão e contra sua política genocida e neoliberal”, contra a PEC 32/20, pela revogação da Emenda Constitucional (EC) 95/16, do Teto dos Gastos, e das contrarreformas Trabalhistas e da Previdência, entre outros ataques à classe trabalhadora.

As ações se darão com demais entidades do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), Centrais Sindicais, o Fórum Sindical, Popular e de Juventudes e demais entidades da Educação, em unidade com as servidoras e os servidores das três esferas, ampliando o diálogo com a comunidade universitária e sociedade em geral.

O ANDES-SN e as seções sindicais darão continuidade à Campanha Salarial unificada das e dos SPF, articulada pelo Fonasefe e pelo Fonacate, exigindo negociação com o governo federal e reforçando a luta pela reposição emergencial de 19,99%. Irão, ainda, ampliar esforços para construção

da greve unificada das servidoras e dos servidores públicos, mantendo como pauta a centralidade da recomposição salarial, a revogação do Teto de Gastos e contra a PEC 32.

“Tivemos um ótimo debate e acúmulo do nosso Sindicato, com a participação muito importante das professoras e dos professores. Isso fortalece o nosso plano de lutas dos Setores das Ifes, Iees e Imes dando continuidade às lutas que são fundamentais nesse momento, em especial, contra as intervenções nas universidades, contra os cortes orçamentários e contingenciamentos e, também, seguindo a luta pela recomposição salarial, em unidade com as servidoras e os servidores públicos federais”, explicou Francieli Rebelatto, 2ª secretária do ANDES-SN, que presidiu a mesa da plenária.

Compuseram a mesa da plenária além de Francieli Rebelatto, Cristine Hirsch, 1ª vice-presidenta da Regional Nordeste II do Sindicato Nacional, como vice-presidenta; Alexsandro Donato Carvalho, 2º vice-presidente da Regional Nordeste II, como 1º secretário da mesa; e Edmilson da Silva, um dos coordenadores do Setor das Iees/Imes do ANDES-SN e 2º secretário da mesa da Plenária do Tema 2.

AGENDA DE LUTAS

- 29/01** - Dia da Visibilidade Trans
- 7/02** - Dia de luta dos povos indígenas
- 11/02** - Dia Nacional das Mulheres e Meninas na Ciência
- 08/03** - Dia Internacional das Mulheres
- 14/03** - Justiça por Marielle Franco
- 21/03** - Dia Internacional de Luta pela eliminação da Discriminação racial
- 07/04** - Dia Mundial da saúde
- 09/04** - Dia Nacional pelo Fora Bolsonaro
- 11 a 14/04** - Rodada de Assembleias pela Construção da Greve das e dos SPF;
- 19/04** - Dia de luta pela resistência dos Povos indígenas
- 25 a 29/04** - Semana de luta do Setor da Ifes: Em defesa da educação pública e pela recomposição salarial;
- 01/05** - Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras
- 18/05** - Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- 23-27/05** - Semana de lutas das Iees/Imes

- 12/06** - Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil
- 15/06** - Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a pessoa idosa
- 28/06** - Dia Internacional do Orgulho LGBTQI+
- 25/07** - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha
- 29/08** - Dia da Visibilidade lésbica
- 12/08** - Justiça a Margarida Alves
- 21/09** - Dia Nacional de luta das pessoas com deficiência
- 28/09** - Dia internacional da luta pela legalização do aborto
- 07/10** - Dia Nacional de combate ao assédio moral/sexual nas Universidades, IFs e Cefet
- 22/11** - Dia Nacional de combate ao racismo nas Universidades, IFs e CEFET e Escolas Técnicas vinculadas as Universidades Federais
- 25/11** - Enfrentamento à violência contra a mulher
- 28/11** - Dia de Luta contra o Racismo
- 03/12** - Dia Internacional das Pessoas com Deficiência



Delegadas e delegados aprovam resoluções sobre Comunicação e Arte, Ciência e Tecnologia, e Formação Sindical



No último dia de plenárias (quinta-feira, 31), as e os participantes se dedicaram à discussão e deliberação do Plano de Lutas Gerais do Sindicato Nacional. As resoluções aprovadas irão pautar as lutas e ações da entidade em 2022. Foram apreciados os textos referentes aos Grupos de Trabalho de Comunicação e Artes, Ciência e Tecnologia e Política de Formação Sindical.

Assim como nas plenárias anteriores, as inscrições para falas respeitaram a paridade de gênero e garantiram, além da diversidade de gênero, a variedade de posições nas intervenções. Antes do início da plenária, delegadas e observadoras realizaram um ato contra o machismo e a violência política dentro do Sindicato Nacional, e na sociedade, e denunciaram situações de assédio vivenciadas nos espaços organizativos da entidade. As violências ocorridas durante o 40º Congresso foram levadas à Comissão de Enfrentamento ao Assédio, que avalia as denúncias e propõe encaminhamento.

GTCA

As e os docentes discutiram a importância da comunicação e das diferentes expressões artísticas como instrumentos de luta da classe trabalhadora. E, na sequência, aprovaram as realizações do Seminário Nacional “Comunicação Sindical e Mídias Digitais”, em formato online no mês de maio deste ano, e do “VII Encontro de Comunicação e Arte”, presencial, em 2023, contemplando o debate sobre atualização do Plano de Comunicação e de Arte do sindicato. O Sindicato Nacional organizará, também, o “I Festival de Arte e Cultura do ANDES-SN”, no segundo semestre de 2022.

A incorporação de expressões artísticas culturais nas ações políticas das seções sindicais e a organização de um banco de referências artísticas, pelo ANDES-SN e suas seções sindicais, também foram aprovadas, assim como a atualização do Plano de Comunicação e de Arte do ANDES-SN, a ser apresentada no 41º Congresso.

GTC&T

Na sequência, foram discutidas as pautas relativas à Ciência e Tecnologia, reafirmando as tarefas já assumidas pelo Sindicato Nacional e suas seções sindicais no acompanhamento e planejamento de ações sobre as diversas propostas e legislações que possuem relação com o tema, como as leis 10.973/2004 - Lei de Inovação; Lei 11.196/2005 - “Lei do Bem”; Decreto 5.563/2005 (revogado p/ Decreto 9.283/2018); Decreto 5.798/2006, incentivos fiscais à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica; Lei 11.587/2007, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar ao Ministério do Meio Ambiente 2011 – Instrução Normativa; 1.187/2011, disciplina incentivos fiscais a pesquisa, tecnologia e desenvolvimento inovadores 2015; Emenda Constitucional 85/2015 – acréscimo de Inovação ao lado de C&T na CF/1988; Lei 13.243/2016, MLCTI;

Decreto 9.283/2018, regulamenta o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI); Lei Complementar 177/2021 – FNDCT; Lei Complementar 182/2021 – “Marco Legal das Startups”.

O Sindicato Nacional intensificará a luta contra as iniciativas de regulamentação do MLCTI no âmbito das universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e cefets. Continuará, também, o levantamento sobre defasagem nos valores e na oferta de bolsas de pesquisa na graduação e pós-graduação, bem como lutar contra os cortes de bolsas no âmbito da Ciência, Tecnologia e Humanidades, bem como exigir o aumento dos valores.

Participará, ainda, por meio das regionais e suas Seções Sindicais, das iniciativas com demais sindicatos e entidades científicas em defesa das ciências e instituições científicas, em conformidade com os princípios definidos nos cadernos 2 e 28. Lutará pelo fortalecimento de um sistema público de tecnologia da informação e comunicação, que garanta o caráter de acesso amplo, gratuito e público nas IES e denunciará e combaterá o avanço das plataformas privadas nas instituições públicas.

Política de Formação Sindical

O debate sobre a política de Formação Sindical do ANDES-SN contou com ampla participação dos e das congressistas, especialmente acerca da proposta relacionada à manutenção ou não da filiação do Sindicato Nacional à CSP-Conlutas.

Em relação a esse tema, após várias manifestações favoráveis e contrárias, foi aprovado que o ANDES-SN amplie o debate nas bases sobre a construção da CSP-Conlutas, realizando balanço sobre sua atuação nos últimos dez anos, sua relevância na luta de classes e a permanência ou desfiliação à Central, com a realização de um Conad extraordinário no segundo semestre de 2022. As indicações desse Conad extraordinário serão levadas para deliberação no 41º Congresso do ANDES-SN.

Além disso, o Sindicato Nacional irá construir o II Seminário Internacional com o tema “Educação Superior na América Latina e Caribe e Organização do(a)s Trabalhador(a)s” e o Seminário



“Multicampia e Fronteira”, no segundo semestre de 2022, em Foz do Iguaçu (PR).

A partir de um processo de debate no Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS), serão discutidas e aprofundadas, ao longo de 2022, as possibilidades de filiação a uma entidade internacional de organização de trabalhadores e trabalhadoras da educação, a ser apreciada no 41º Congresso.

As delegadas e os delegados aprovaram, ainda, remeter todos os textos de resoluções debatidos durante o 40º Congresso do ANDES-SN, e que não foram apreciados pela plenária, para o próximo Conad. Também votaram favoráveis pela aprovação, em bloco, de todas as datas de luta presentes nos calendários debatidos e indicados pelos grupos de trabalho.

Rosineide Freitas, 2ª vice-presidenta da Regional Rio de Janeiro do ANDES-SN, que presidiu a mesa da plenária do tema 3 ressaltou que a condução dos trabalhos foi importante e consequente. “Não no sentido de dar conta de todos os temas que estavam colocados, de todas as políticas que compõem o Sindicato Nacional, mas no sentido de que a gente conseguiu enfrentar temas que careciam de debate qualificado no âmbito da nossa base”, avaliou.

A diretora do Sindicato Nacional destacou a relevância das deliberações das políticas de Comunicação e de Ciência e Tecnologia. “Nós conseguimos

também avançar na política de ciência e tecnologia, no sentido de nos colocar na retidão da defesa das ciências de modo geral, enfrentando o debate das instituições que aprisionam a ciência em função de interesses privatistas, e na defesa do financiamento público e estatal para produção de ciência das nossas instituições - universidades, institutos federais e cefets”, destacou.

A presidenta da mesa ressaltou a importância do debate e deliberação sobre a política de formação sindical no sentido de como conduzir o processo de formação e também enfrentar o debate no que se refere a enraizar na base uma reflexão profunda e responsável sobre a central sindical ao qual o ANDES-SN é filiado.

“Gostaria de dizer também da alegria que eu, enquanto uma docente preta que compõe a diretoria do ANDES-SN pela segunda vez, de conduzir esses trabalhos e me sentir acolhida na minha especificidade e na minha ancestralidade que carrego, não só na fala, mas também na condução dos trabalhos a partir de uma afetividade e solidariedade preta, antirracista e feminista”, concluiu.

Também compuseram a mesa da plenária do tema 3, Luis Augusto Viera e Paulo Henrique Mattos, 2º vice-presidente e 2º secretário da Regional Planalto – respectivamente -, e Manuela Finokiet, 2ª vice-presidenta da Regional Rio Grande do Sul.

40º Congresso define eleições para diretoria nacional do Sindicato em 2023

Docentes também aprovaram refiliação ao Dieese e outras questões organizativas e financeira



Ainda na quarta-feira (30), as e os docentes presentes no 40º Congresso do ANDES-SN iniciaram as discussões e deliberações referentes ao Tema 4 – Questões Organizativas e Financeiras, após o plenário aprovar a inversão na pauta.

A primeira votação foi a alteração estatutária para definir novos prazos para a realização da eleição da diretoria do Sindicato Nacional. Após amplo debate, foi à votação o Texto de Resolução 47. Com quórum qualificado, foi aprovada a inclusão dos seguintes artigos nas Disposições Transitórias do Estatuto: “Art. XX O mandato da atual diretoria (gestão 2020/2023) fica prorrogado até o dia da posse da nova diretoria eleita” - com 264 votos favoráveis, 9 contra e 80 abstenções – e “Art. 51 A eleição da DIRETORIA é realizada no mês de maio dos anos ímpares, e convocada pelo(a) Presidente(a) em exercício, com pelo menos trinta (30) dias de antecedência da data do início do CONGRESSO ordinário que a precede, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42” – com 248 votos favoráveis, 6 contra e 82 abstenções.

Na sequência, foi debatida e aprovada a refiliação do ANDES-SN ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir do estabelecimento de critérios explícitos para o pagamento das contribuições financeiras e de prestações de serviços.

As delegadas e os delegados se posicionaram favoráveis, ainda, à manutenção do apoio financeiro mensal, no valor de R\$ 4 mil, por 12 meses para a Escola Nacional Florestan Fernandes, para a Auditoria Cidadã da Dívida e para o Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

A plenária também referendou na íntegra, por ampla maioria, todas as homologações, dissoluções, ratificações, alterações regimentais e reorganização de seções sindicais. Da mesma forma, homologaram as resoluções aprovadas nos Conads extraordinários realizados nos últimos dois anos, durante a pandemia de Covid-19.

As e os participantes definiram que fundo nacional de solidariedade, mobilização e greve do ANDES-SN irá apoiar e garantir o custeio das atividades de mobilização, campanhas, marchas e eventos deliberados pelo 40º Congresso, bem como auxílio às seções sindicais do Setor das Iles/Imes em dificuldades financeiras que entrarem em greve em 2022.

A última resolução apreciada na plenária do Tema 4 foi o local da realização do 41º Congresso do ANDES-SN. As e os docentes aprovaram, por ampla maioria, a realização do próximo evento em Rio Branco (AC).

Segundo Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN e que presidiu a mesa da plenária, a plenária do Tema 4 discutiu temas importantes e fundamentais

no que diz respeito ao funcionamento do ANDES-SN. “Durante a pandemia, houve o avanço dos ataques à categoria docente e a todas as nossas condições como servidor público federal, estadual e municipal. E, nesse período, o sindicato precisou também se reinventar. Então, aprovar a realização das eleições do nosso sindicato em 2023 é fundamental para a centralidade da nossa luta que é derrubar o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, que tem atacado e matado tanto a nossa população”, afirmou.

A diretora do Sindicato Nacional destacou ainda as deliberações de refiliação ao Dieese e apoio aos movimentos parceiros. “É fundamental a manutenção da relação do nosso sindicato com os movimentos sociais e com aqueles que constroem em unidade a nossa luta”, disse.

A mesa da plenária foi composta também por Joselene Mota, 1ª vice-presidenta da Regional Norte 2, Sueli Goulart, 2ª secretária da Regional Rio Grande do Sul, e Fernando Prado, 1º secretário da Regional Sul do ANDES-SN.

Rio Branco (AC) sediará o 41º Congresso do ANDES-SN

Pela primeira vez, a cidade de Rio Branco (AC) vai sediar um Congresso do ANDES-SN. A 41ª edição da instância máxima de deliberação da categoria filiada ao Sindicato Nacional ocorrerá no Acre, localizado na região de tríplice fronteira amazônica, composta por Brasil, Bolívia e Peru.

A história do estado é marcada pela luta contra a opressão dos povos indígenas e trabalhadores seringueiros, que conseguiram se unir e resistir ao avanço do agronegócio - que corresponde à produção de produtos derivados da agricultura e pecuária.

Em carta de apresentação, a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Acre (Adufac-Seção Sindical do ANDES-SN), pontuou que a realização do evento no estado “colocará em evidência não somente a defesa da universidade pública e dos serviços públicos, bem como encorajará a defesa das culturas e saberes ancestrais de povos indígenas e tradicionais aqui existentes, da preservação da biodiversidade dessa área do bioma amazônico, de alta concentração de espécies da flora e da fauna e um amálgama cultural singular”, diz um trecho do documento.

Aprovação de moções e Carta de Porto Alegre encerram 40º Congresso do ANDES-SN



O 40º Congresso do ANDES-SN chegou ao fim na noite da quinta-feira (31), após cinco dias de muitos debates e deliberações, que irão contribuir para as lutas da categoria docente ao longo de 2022. Na sexta (1), as e os participantes realizaram, junto com demais categorias e movimentos sociais e populares gaúchos, um ato pelas liberdades democráticas e em defesa dos serviços públicos.

Regina Ávila, secretária-geral do ANDES-SN, fez a leitura das moções apresentadas, que contemplaram diversos temas, desde a cobrança de justiça e resposta aos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes, o apoio à greve dos profissionais de Educação de Dourados (MS) e de Minas Gerais, e o repúdio aos governos dos estados que se recusam a negociar com as e os docentes, como do Maranhão e de Minas Gerais, entre outras. A plenária aprovou ainda uma moção em saudação à memória da professora Lisete Areralo, pedagoga docente da USP, referência na luta da em defesa da Educação Pública e popular, que muito contribuiu para as formulações do Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN.

Na sequência, Regina fez a leitura da Carta de Porto Alegre, do 40º Congresso do ANDES-SN "A vida acima dos lucros!", em memória de Marcos Goulart de Souza, funcionário do ANDES-SN que faleceu vitimado pela Covid-19. Através da homenagem, as e os docentes lembraram e horaram todas as vidas perdidas pela negligência do governo Bolsonaro na condução da pandemia e pela demora na

oferta de vacinas à população brasileira.

Com saudação às e aos docentes presentes, Milton Pinheiro, presidente em exercício do ANDES-SN, agradeceu a participação no primeiro encontro deliberativo presencial do Sindicato Nacional desde o início da pandemia e declarou o fim do 40º Congresso do ANDES-SN. "Vitória e força na luta!", desejou.

"Foi uma jornada importante, com decisões sérias, que vão movimentar o conjunto da categoria para as lutas de rua, contra Bolsonaro, em defesa dos serviços públicos, em defesa do reajuste de 19,99%. Posso dizer que foi um congresso muito vitorioso", avaliou.

O evento foi encerrado com as e os participantes entoando as palavras de ordem que marcaram as lutas da categoria no último período. "Eu sou docente, sou radical, eu sou do ANDES Sindicato Nacional!"

"Pelos Liberdades Democráticas e em Defesa do Serviço Público"

No dia seguinte (1/4), milhares de manifestantes do ANDES-SN e suas seções sindicais, em conjunto com entidades sindicais, organizações estudantis, de juventude e movimentos populares, participaram do ato "Pelos Liberdades Democráticas e em Defesa do Serviço Público", em Porto Alegre (RS). A data corresponde aos 58 anos do início da ditadura empresarial-militar no país, que perdurou por mais de duas décadas.

Em caminhada pelas ruas da capital gaúcha, cerca de 2mil pessoas entoaram palavras de ordem pelo fim do governo Bolsonaro, em defesa da democracia, dos serviços

públicos e dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores. No carro de som, representantes das entidades chamavam atenção da população acerca da realidade vivida no país, de carestia e pobreza.

Milton Pinheiro destacou a importância da luta das servidoras e servidores públicos do estado, e também da mobilização do funcionalismo federal, por reposição salarial, em defesa da universidade pública e da Ciência e contra o obscurantismo e negacionismo que têm atacado, segundo ele, o povo brasileiro. "Assim como resistimos à ditadura militar, nós resistimos e resistiremos a esses governos", disse.

Comissão de Combate ao Assédio

Na plenária de encerramento, a Comissão de Combate ao Assédio do encontro apresentou os resultados de seus trabalhos. De acordo com as e os integrantes da comissão, foram apresentadas 20 denúncias referentes a uma situação de assédio e violência de gênero praticada por um participante durante uma plenária do Congresso. O ato foi direcionado a duas docentes, mas que impactou as e os demais presentes.

A comissão acolheu as denúncias e dialogou com o denunciado, buscando estabelecer um processo pedagógico de conscientização. Foi proposto ao docente fazer uma retratação pública, no entanto o mesmo não ficou até o momento da plenária final, apresentando um texto para ser lido no encerramento. Entendendo que a leitura da retratação não competia à comissão, a mesma decidiu dar sequência aos trabalhos e apresentará seus encaminhamentos como forma de texto de resolução ao próximo Conad, que será realizado em Vitória da Conquista (BA).

Confira aqui a Carta de Porto Alegre, as moções aprovadas e toda a cobertura do 40º Congresso do ANDES-SN!



Impressões

Além de ser o primeiro congresso presencial realizado desde o início da pandemia, o 40º Congresso do ANDES-SN também foi a primeira experiência em um evento deliberativo do Sindicato Nacional para vários e várias docentes.



Vinícius Pinheiro Israel, da delegação da Associação de Docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Adunirio SSind), se disse bem surpreendido com a grandeza e a organização do evento. “Vim contribuir com o Sindicato, as lutas nacionais de todos os trabalhadores e estou muito animado para o ato na rua, na sexta-feira (1)”, disse. Para Israel, este momento histórico é decisivo na luta pela democracia, de volta aos espaços públicos, de Norte a Sul do país.



Margarida Pimentel de Souza participou como convidada do 40º Congresso, na delegação do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (Adufc). A docente enfatizou a importância do encontro presencial, no qual, segundo ela, o significado do que é público é sentido, vivamente, pelos congressistas. “O público não é do governo, o público é nosso, é da pessoa que ainda não acessa, já que a educação é para ser acessível mesmo, é um direito e não deve ser paga. É por isso que este Congresso precisa ser cada vez mais divulgado e ter participação maciça de docentes,” afirmou. Outro ponto forte do Congresso, para Margarida, é contemplar todos os temas pertinentes à sociedade brasileira, tanto nos grupos de trabalho como nas plenárias.



André Bordignon, da delegação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (Adua SSind.), destacou a possibilidade de debater o desmonte e os problemas das universidades, sob diferentes perspectivas. “O ideal seria que lutássemos pelo avanço do ensino superior e pelo acesso universal, mas temos que garantir nossa união e as universidades em pé,” disse. Ao mesmo tempo, Bordignon ressaltou a força e energia a partir da compreensão de que, na prática, são as pessoas que fazem a universidade e, não, somente, uma estrutura física. “Precisamos de discussões amplas em espaços como neste Congresso,” acrescentou.



Beatriz Gil, integrante da delegação da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ANDES/UFRGS) – que recebeu o 40º Congresso do ANDES-SN –, destacou a oportunidade de estímulo para a luta, aprendizado de trabalho coletivo, fortalecimento do sindicato e participação direta na construção da política sindical proporcionadas pelo encontro. “É uma felicidade receber o 40º Congresso do ANDES-SN em Porto Alegre, porque concretiza o diálogo neste grave momento no qual urge intensificar as lutas, como da recomposição salarial e Fora Bolsonaro. É animador estar aqui, também porque a vivência política revela potencialidades, torna nítidas as condições e possibilidades de enfrentamento aos desafios”, afirmou.

Atrações Culturais

A programação cultural do 40º Congresso do ANDES-SN permitiu às e aos participantes ter acesso a diversas expressões da cultura local gaúcha - desde música, dança, exposições de fotos, literatura, poesia -, e também contato com produções de outras partes do país, levadas por delegações presentes no encontro.

O último dia do evento foi marcado pela apresentação “Zé, poesia, música e Luiz”, do delegado da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduueb SSind.), José Luiz da Cavalcante. Mais conhecido como Zé Luiz do Candeeiro, o docente, que é pernambucano, mas enraizado na Paraíba há 20 anos, cantou músicas

e declamou poemas próprios com os temas locais da Caatinga, das lutas sociais e do amor.

Na sequência, a também delegada da Aduueb SSind., Mauriene Freitas, apresentou o documentário “Mátria Silva”, realizado em março de 2022, sobre a criação da Cozinha Solidária do bairro Jeremias, em Campina Grande (PB). Ela é diretora da obra produzida pela Seção Sindical do ANDES-SN na UEPB, com apoio do ANDES-SN e outras entidades.

“É um registro de uma lição pedagógica que todos aqui, em menor ou maior parcela, tiveram contribuições. A reabertura da cozinha partiu de decisão política local, mas a manutenção

teve colaboração de todos nós, porque no último CONAD, aprovamos uma ajuda financeira e essa deliberação foi cumprida pelo ANDES-SN, que ofereceu, mensalmente, uma ajuda de R\$ 5mil,” relatou.

Mauriene enfatizou a importância do recurso repassado pelo Sindicato Nacional, que possibilitou também a compra de alimentos necessários, além daqueles agroecológicos fornecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A cozinha do Jeremias atende mais de 800 pessoas diariamente e tem contribuído para amenizar os efeitos da insegurança alimentar na população local.

Servidoras e servidores lutam por reposição salarial, contra a retirada de direitos e em defesa da Educação



Após a realização de grandes manifestações em mais de 70 cidades brasileiras contra o governo de Jair Bolsonaro (PL) e o aumento do custo de vida no país, no dia 9 de abril, e vigílias permanentes em frente ao Ministério da Economia em Brasília (DF), servidoras e servidores públicos federais realizaram mais uma rodada de mobilizações na última semana de abril. Servidoras e servidores públicos reivindicam uma recomposição salarial de 19,99%; a revogação da Emenda Constitucional 95/16, do Teto dos Gastos; e o arquivamento da PEC 32, da contrarreforma administrativa.

Dando sequência à agenda de lutas, o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) incorporou a Semana de Lutas do Setor das Ifes do ANDES-SN, de 25 a 29 de abril, no rol de mobilizações. O Fórum convocou todas as categorias do serviço público federal para continuar com a Campanha Salarial, construir as mobilizações e as greves e pressionar o governo federal para que negocie a pauta de reivindicações protocolada no Ministério da Economia em 18 de janeiro. Uma reunião com a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços e Servidores Públicos foi realizada no dia 26

de abril e, no dia 28, ocorreu uma grande manifestação na capital federal, durante toda a manhã, em frente ao Ministério da Economia.

Nos estados, para a Semana de Lutas, o ANDES-SN orientou as seções sindicais que construíssem, entre os dias 25 e 27 de abril, assembleias da categoria e universitárias, rodas de conversa e a fixar faixas, entre outras atividades locais, que dialoguem com a comunidade universitária e a sociedade sobre as condições de trabalho, os impactos dos cortes orçamentários, a necessidade de reposição salarial e orçamentária nas instituições de ensino superior (IES), a importância da assistência estudantil, o retorno presencial e as condições sanitárias, e o impacto das intervenções nas universidades.

Reajuste

Em razão da pressão de servidoras e servidores e, ainda, da proximidade das eleições, o governo federal anunciou nos meios de comunicação um suposto reajuste de 5%, de forma linear, sem abrir a mesa de negociação com as categorias. O anúncio deixou servidoras e servidores surpresos, já que o governo pretende promover uma série de cortes em várias áreas. Em nota, o Fonasefe afirmou que servidoras e servidoras

foram "surpreendidos com o anúncio via imprensa de que o governo decidiu dar reajuste de 5% quando tentamos ser ouvidos e negociar a nossa pauta. É a nossa vida e os direitos da população que estão em jogo; não admitimos saber pela imprensa de decisões que nos afetam".

Neste período, o governo recebeu as/os dirigentes em duas oportunidades; nas duas, contudo, deixou clara sua indisposição para negociar. "O anúncio feito pelo governo federal de reajuste de 5% para todas as categorias do funcionalismo público foi um desrespeito ao fazê-lo sem dialogar com as categorias que representam as servidoras e os servidores públicos. As informações vieram da imprensa e o governo não detalhou se o reajuste incide nos vencimentos básicos ou na gratificação; é tudo muito nebuloso. A partir disso, nos organizamos junto ao Fonasefe para a Semana de Lutas e tivemos manifestações em todo o Brasil, culminando com uma paralisação no dia 28 de abril. Esperamos que, a partir dessas manifestações, esse processo de construção de greve das/os SPF se consolide e que possamos conquistar as nossas reivindicações com uma greve forte", disse Amauri Fragoso, 1º tesoureiro do ANDES-SN.

Vigílias permanecem

Com camisetas, faixas, bandeiras e carro de som, manifestantes buscam pressionar o governo a negociar a pauta unificada apresentada pelo Fonasefe no dia 18 de janeiro. Representantes do ANDES-SN e de suas seções sindicais, integrantes da Comissão Nacional de Mobilização (CNM), têm participado das atividades na Esplanada dos Ministérios.

Nádia Fialho, tesoureira adjunta da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa – Seção Sindical do ANDES-SN), que participou da vigília entre 11 a 15 de abril, reforçou a necessidade de as seções sindicais envidarem esforços neste momento para a abertura de diálogo com o governo. "Temos que marcar presença nas vigílias e dizer que não desistiremos e que vamos continuar na luta, mesmo com toda a dificuldade de conciliar as atividades da universidade com as da vida pessoal. As seções sindicais precisam enviar representantes a Brasília para continuarmos nessa pressão para fortalecer a luta", destacou.

Acampamento Terra Livre mostra a força dos povos originários na luta contra projetos de destruição de terras indígenas



“É preciso interromper esses processos de destruição e morte”, afirma o documento final da 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), que reuniu, de 4 a 14 de abril, mais de 8 mil lideranças de 200 povos indígenas, vindos de todas as regiões do país. O documento faz referência ao aumento da violência nos territórios e corpos indígenas e à política anti-indígena adotada pelo governo de Jair Bolsonaro e pelo Congresso Nacional.

Durante os 10 dias, as e os indígenas realizaram diversas atividades como plenárias, debates, palestras, atos culturais, shows com artistas indígenas e grandes manifestações em Brasília (DF) em defesa da demarcação de terras indígenas (TIs), contra o garimpo, que ocorre de forma ilegal em TI, e contra o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que abre as terras indígenas para exploração em grande escala, como mineração, hidrelétricas e outros planos de infraestrutura. É a primeira edição presencial do evento, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), depois de dois anos de interrupção devido à pandemia de Covid-19.

“Viemos a Brasília para colorir a capital federal de urucum e jenipapo, com as múltiplas cores de nossos cocares e para demonstrar ao país e ao mundo que, assim como aprendemos com nossos ancestrais, seguimos e seguiremos juntos, resistindo contra os distintos projetos de extermínio que as elites, donos ou representantes do capital e seus sucessivos governantes e aliados no Poder Legislativo têm articulado contra nós ao longo desses 522 anos”, lista o documento lido durante o encerramento do ATL 2022.

O documento final destacou ainda os principais pontos para uma “Plataforma Indígena de Reconstrução do Brasil”, descritos em cinco eixos que englobam direitos, demarcação e proteção aos territórios indígenas; a retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; reconstrução de políticas e instituições indigenistas; interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal; e a adoção de uma agenda ambiental.

De acordo com **Marcos Xukuru**, cacique e prefeito eleito de Pesqueira (PE), o ATL deste ano trouxe a força da ancestralidade e da luta indígena na maior mobilização dos povos originários do Brasil. “Estamos aqui com a delegação do estado de

Pernambuco, que está representada por 15 povos, para nos somar a esta grande luta, ao mesmo tempo pautando, junto ao governo brasileiro, as demarcações em terras indígenas que estão paralisadas. Não tivemos nenhuma terra demarcada e homologada durante esse governo, e isso é preocupante. Por isso, estamos mobilizados na perspectiva de que não haja esse desmonte, com a aprovação dos PLs”, contou.



Representando a delegação de Rondônia, a cacica Hosana, da Aldeia Aperoí, do povo Puruborá, afirmou que o ATL é um espaço importante para denunciar não apenas ao Brasil, mas ao mundo, a política do governo Bolsonaro. “Estão financiando a nossa morte, não apenas com o garimpo e os bois, mas também com a soja dentro do estado de Rondônia, que tem [nos] contaminado com os venenos que são usados no cultivo. Esse governo genocida está nos matando. Quando ele não mata de um jeito, ela mata de outro. O nosso peixe está contaminado, não existe mais caça porque estão acabando com as nossas florestas. Mas nós, povos indígenas, somos resistentes e vamos resistir muito mais! Fora Bolsonaro!”, disse.

Da Bahia, o cacique Siratan, do povo Pataxó, ressaltou a importância do encontro. Ele afirmou que são mais de 46 aldeias do estado baiano e de Minas Gerais representadas no ATL. “O povo Pataxó vem sofrendo há mais de 500 anos, desde a invasão dos colonizadores no nosso país. Infelizmente uma das sequelas que os portugueses deixaram ao nosso povo é o de vivermos em aldeias urbanizadas. Os povos indígenas estão aqui para dizer que não queremos mais ver o nosso sangue derramado. Queremos viver dentro do nosso território, com saúde e tranquilidade para que as nossas crianças e anciãos possam viver em harmonia com a natureza. Exigimos respeito, nós não somos invasores, somos os donos dessa terra”, afirmou.

Elisa Ramos, do Povo Pankararu do sertão de Pernambuco, coordenadora do Departamento de Mulheres da Associação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), destacou a representatividade da mulher nos espaços de luta e organização indígena. “Por muito tempo a mulher indígena foi invisibilidade na história, na literatura, no próprio movimento indígena. Hoje temos grandes lideranças de mulheres no país, que são caciques, pajés, parteiras, curandeiras, rezadeiras, profissionais da área de Educação e Saúde, até parlamentares, e que ocupam também outros espaços públicos como conselhos locais, municipais, estaduais e nacionais, que contribuem e constroem esse movimento. A inspiração e a organização do ATL partem de mulheres e nos fazemos presente enquanto movimento indígena. Pedimos a abertura de diálogo com a ONU Mulheres para colocar nossos anseios e escutar também as proposições da

organização para alinharmos as ideias e estruturar as ações. Também trouxemos pautas, além da problemática das mulheres, referentes à Educação e Saúde, Juventude e população LGBTQIA+. Estamos inseridas nas discussões, à frente da luta pelos direitos indígenas e identitários, estruturais e direitos humanos”, ressaltou.



Anildo Lulu Tupi Guarani, da Apib, contou um pouco da realidade vivida na região Sudeste em que, segundo ele, os povos indígenas foram praticamente dizimados, assim como na Mata Atlântica. “A nossa luta é diária e antiga, desde a época da invasão do nosso território e, por conta disso, sofremos ameaças de morte. Atualmente, lutamos contra a exploração do aquífero Guarani e em defesa da nossa água. Se não tivermos as nossas terras demarcadas nas regiões Sul e Sudeste, se não protegermos as nossas nascentes contra o agronegócio, com seus agrotóxicos, não teremos água o suficiente para as próximas gerações. Temos que proteger com as nossas próprias vidas essas terras”, disse.



Já **Gracilda**, cacica da aldeia Atikum Jurema no município de Petrolina (PE), participa do seu primeiro ATL. “É uma honra muito grande trazer um pouco da minha aldeia para todos conhecerem o nosso trabalho com plantas medicinais e com artesanato. Somos reconhecidos há seis anos. E nessa luta contra o PL 191 precisamos nos unir, porque eles sabem que onde tem terra indígena há ouro, há minério, e precisamos sempre proteger nossa terra, nosso povo, de geração para geração. Vamos lutar e lutar. Desistir, nunca!”.



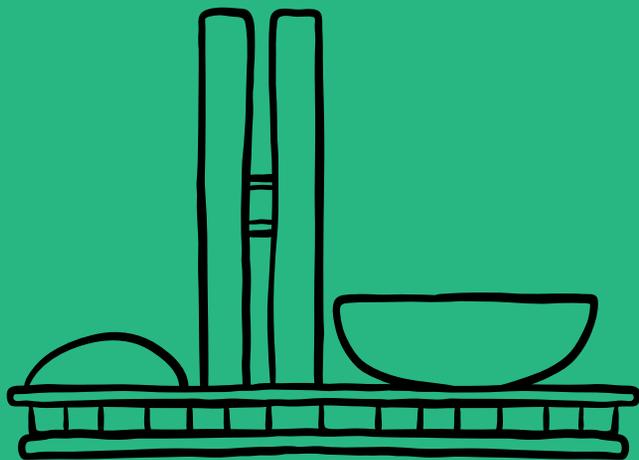
Para Julieta Paredes, liderança do povo Aymara da Bolívia e ativista do Feminismo Comunitário de Abya Yala, e que vive atualmente na TI Jaraguá (SP), as mulheres estão lutando diariamente para garantir a sua participação nos espaços de decisões. “As mulheres têm grande participação no preparo da comida, no cuidado com as crianças, nas roupas dentro do espaço do ATL. Em outros espaços, as mulheres estão participando também com a sua palavra, o que é muito importante. Há mulheres também na direção e nas tomadas de decisões do ATL. Em Jaraguá estamos em um processo de fortalecimento das mulheres como lideranças, o que não acontece do dia para a noite, mas estamos trabalhando para mudar esse cenário em Jaraguá”, contou.

Durante as duas semanas do acampamento, o ANDES-SN esteve representado pelas diretoras do Sindicato Nacional Francieli Rebelatto, 2ª secretária; Zuleide Queiroz, 2ª vice-presidenta; Neila Souza, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto; e Viviana Vermes, representante da Comissão Nacional de Mobilização (CNM) do ANDES-SN. O Sindicato, conforme deliberação congressual, tem apoiado a luta e mobilização dos povos originários, em defesa da vida e de seus territórios.



Plenárias

Durante o ATL ocorreram diversas plenárias como a do lançamento da pré-candidatura de mulheres indígenas para concorrerem nas eleições de 2022 aos cargos de deputadas federais e estaduais; o debate sobre o direito à Educação com foco na educação escolar indígena, a Lei de Cotas e o programa de bolsa permanência, voltados para o ensino superior; e a realização da primeira plenária LGBTQIA+ na programação oficial em que jovens de diversos povos se pronunciaram em defesa da diversidade de gênero evocando a memória de Tibira Tupinambá, executado por religiosos, no primeiro caso de homofobia contra indígenas registrado no século XVII; entre outras plenárias.



Conheça os principais projetos que tramitam no Congresso Nacional e STF e violam os direitos dos povos originários

PL 490/2007 - prevê mudanças nas **demarcações das terras indígenas**, entre elas, que as TIs sejam demarcadas por lei e que essa decisão seja do Congresso Nacional.

PL 191/2020 - Regulamenta a exploração, em grande escala, de **minérios**, energia e outros planos de infraestrutura em TIs.

PL 6.299/2002 - Chamado de PL do Veneno, o projeto revoga diversos dispositivos da lei atual sobre **agrotóxicos** e facilita o uso dessas substâncias no Brasil.

PL 2.633/2020 - O PL da **Grilagem** regulariza a ocupação indevida de terras públicas, favorece a impunidade de crimes ambientais e facilita o desmatamento.

PL 510/2021 - Fruto da Medida Provisória 910/2019, o PL facilita que terras públicas desmatadas de modo ilegal se tornem propriedades de quem as utiliza favorecendo a expansão dos **latifúndios**, possivelmente adquiridos a partir da grilagem.

PL 3.729/2004 - Altera procedimentos para o **licenciamento ambiental** no país e enfraquece e, em alguns casos, extingue parte importante dos instrumentos de avaliação, prevenção e controle de impactos socioambientais de obras e atividades econômicas no país. Prevê que apenas serão consideradas no licenciamento ambiental as TIs homologadas, o que exclui cerca de 40% das terras em processo de demarcação e as terras quilombolas não tituladas.

Recurso Extraordinário 1.017.365 no STF - Conhecida como **Marco Temporal**, a tese determina que os povos originários só teriam direito às terras que estavam fisicamente ocupadas por eles na data da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988. Desconsidera, assim, grande número de povos expulsos ou fugidos de suas terras em busca de sobrevivência.